

§ 621

Quando prestamos atenção a todos os tipos de nosso conhecimento, facilmente percebemos que raramente podemos pensar sem sinais, ou de modo algum podemos pensar sem eles. Em nosso conhecimento geral e abstrato nos servimos das palavras ou de outros sinais arbitrários, mediante os quais mantemos as representações abstratas presentes em nossa mente; e se pensamos em coisas reais singulares, anexamos os conceitos delas a palavras ou conhecemos a realidade delas a partir de outros sinais. Mesmo quando sentimos, parece de fato como se conhecêssemos imediatamente os objetos; mas uma pequena reflexão pode nos convencer de que, afora as modificações de nossa alma, de que então somos conscientes, nós conhecemos todos os objetos restantes de nossas sensações a partir de certos sinais. Se vemos algo, nós o vemos mediante a imagem material que é por ele produzida, e esta é portanto o sinal a partir do qual conhecemos a realidade do objeto, § 273. Essa consideração pode, portanto, nos convencer plenamente de que na maior parte das vezes em nosso conhecimento representamos sinais e coisas designadas em seu nexo de designação. Por conseguinte, temos uma faculdade de conhecimento pela qual vinculamos sinais e significações uns com os outros, e queremos chamá-la de *faculdade de designação*. Em virtude dessa faculdade de conhecimento representamos uma representação e seu objeto como um sinal e conhecemos, por meio dele, uma outra representação e seu objeto como a significação; ou nós representamos uma representação e seu objeto como uma significação, e lhes vinculamos uma outra representação e seu objeto como um sinal. A faculdade de designação não é, portanto, senão uma atenção ao nexo designativo, no qual se encontram nossas representações e seus objetos por sua natureza; ou no qual as colocamos em virtude de alguma outra razão, § 506.

§ 622

Signo é tudo aquilo a partir do qual podemos conhecer a realidade de outra coisa, § 273. Ora, quando investigamos como é possível que possamos conhecer, a partir de uma coisa, a realidade de outra, isso pode ocorrer de uma dupla maneira, conforme o signo seja natural ou arbitrário, § 274. Se ocorre o primeiro, há entre signo e significação um

nexo por natureza, como entre causa e efeito. E quanto tivermos compreendido isso uma única vez, teremos representado simultaneamente uma das duas coisas como causa e a outra como efeito em seu nexo natural. Por conseguinte, as representações de ambas estão associadas em nossa mente, § 495. Se, portanto, a representação de uma vem de novo à mente, a representação da outra também nos ocorre novamente, pela lei da imaginação § 558. Por conseguinte, pela imaginação nós conhecemos o signo natural quando a significação nos vem à mente; e a significação, quando o signo natural nos vem à mente. De modo análogo, os sinais arbitrários são vinculados com suas significações em nossa mente, na medida em que os associamos uns aos outros e, conseqüentemente, ao surgir um sucede o outro [...] Conseqüentemente, a regra segundo a qual a faculdade de designação atua pode ser expressa da seguinte maneira: *uma das representações associadas é meio de conhecimento da realidade da outra.*

§ 623

Uma das considerações mais dignas de nota que podemos fazer nessa seção consiste na investigação do conhecimento intuitivo e do conhecimento simbólico, sem a qual não poderemos investigar corretamente a natureza da força de desejar. A saber, o conhecimento intuitivo de uma coisa consiste em que a conhecemos sem signos ou em termos uma representação maior e mais forte dela do que do seu signo, que nós representamos simultaneamente ao lado dela. O objeto do conhecimento intuitivo pode ser uma de nossas representações ou uma outra coisa, e até mesmo os signos, e também podemos, portanto, conhecer intuitivamente palavras e outros signos. Alguns acreditam que em nenhum conhecimento intuitivo são encontradas representações de signos. Só que isso é contrário à experiência. Quando estamos numa comoção de ânimo, temos inegavelmente um conhecimento intuitivo da coisa pela qual nosso ânimo é posto em movimento. E não pode ser desconhecido de ninguém que, com muita frequência, em meio às comoções de ânimo, nós podemos falar e temos, portanto, de representar necessariamente os signos. Por conseguinte, o conhecimento também pode ser intuitivo, ainda que representemos os signos do objeto, desde que a representação da coisa seja maior e mais forte que a representação dos signos. Naturalmente, o conhecimento de uma coisa é tanto mais intuitivo quanto ele mesmo é maior e quanto é menor a representação dos signos ao lado dele. E ele não pode ser mais intuitivo do que quando as representações dos signos desaparecem totalmente ao seu lado, e quando

representamos a coisa sem nenhum signo. No conhecimento intuitivo dirigimos nossa atenção somente ou principalmente à representação da coisa e abstraímos por completo dos seus signos ou lhes lançamos apenas de passagem um olhar fraco e fugaz. O *conhecimento simbólico de uma coisa*, ao contrário, consiste em representarmos os signos num grau mais alto que as significações. Nós dirigimos então nossa atenção principalmente à representação dos signos e através deles divisamos, por assim dizer ao longe por detrás deles, as coisas que eles significam. Quanto mais forte é a representação dos signos e quanto mais fraca a seu lado é a representação da coisa, tanto mais simbólico é o conhecimento; e ele não pode ser mais simbólico do que quando nos ocupamos, a nós e a nossa atenção, de tal modo com a representação dos signos, que quase não representamos a própria coisa. Para se convencer da correção dessas explicações é preciso recorrer à própria experiência. Que se preste atenção, portanto, aos casos de que falamos, por exemplo, de um infortúnio, sem que se sinta tristeza: temos então certamente um conhecimento simbólico. Mas quanto estamos abalados, nosso conhecimento é intuitivo.

Meier, *Faculdade de ficção ou composição, Metafísica*, III.

§ 578

Se a alma coletou, pelos sentidos, um grande estoque de representações singulares que são reais no mundo; se ela as conserva por meio da imaginação e se as reconhece novamente, graças à sua repetição pela memória, como sendo as antigas [representações]; e se, por meio do engenho, tendo comparado [*gegen einander gehalten*] de muitíssimas maneiras diferentes todos esses conceitos de coisas singulares reais deste mundo, ela obteve um grande número de representações de suas concordâncias e, portanto, muitíssimos conceitos abstratos e gerais, então ela possui suficientemente materiais com os quais pode compor, como que por uma criação, novas representações, em parte das coisas singulares que ela não sentiu claramente, em parte dos gêneros e espécies que ela [não] abstraiu pela comparação daquelas coisas singulares que ela mesma sentiu claramente. E essa é a ocupação da faculdade de composição. Alguns acreditam que essa faculdade de conhecimento só gera ficções poéticas e outras ficções semelhantes. Só que uma pequena reflexão pode nos convencer de que ela se estende muito mais além. Isto é, nós compomos [*dichten*] ou fingimos [*erdichten*], quando representamos juntos como um

conceito partes de imaginações e representações desses conceitos abstraídos. Consequentemente, nós compomos: 1) quando tomamos imaginações diferentes juntamente com aqueles conceitos abstratos que abstraímos meramente de nossas sensações claras. Por exemplo, quando representamos na imaginação uma ovelha e um homem honesto e simples, junto com os conceitos abstratos de ovelha e de homem; 2) quando separamos por abstração muitas dessas imaginações; por exemplo, de uma ovelha, que ela não tem razão e linguagem, e de um homem, que ele possui figura humana. E 3) quando reunimos [*zusammenfassen*], pela reflexão, as partes restantes, § 515. Por exemplo, uma ovelha que pensa e fala racionalmente, como um homem inocente e sem falsidade: temos então uma ovelha fictícia. Consequentemente, quando compomos, obtemos uma representação de uma coisa singular, tal que nunca sentimos claramente, como, por exemplo, a ovelha há pouco referida; ou obtemos a representação abstrata de um gênero ou da espécie das coisas que não abstraímos apenas de nossas sensações claras, ou que também compreende sob si coisas singulares que jamais vimos ou sentimos claramente de outra maneira. Obtemos assim, por exemplo, o conceito de uma substância que representa o mundo apenas obscuramente. Nós apenas abstraímos o conceito abstrato de uma substância das nossas sensações claras e lhe vinculamos o conceito de uma representação meramente obscura do mundo e obtemos, portanto, com isso a representação de um gênero de substâncias que compreende sob si tais substâncias singulares que jamais sentimos claramente. Ora, como esses exemplos demonstram ao mesmo tempo que nossa alma compõe, temos também uma tal faculdade de conhecimento por meio da qual compomos e que chamamos de *faculdade de composição*. E porque ela não consiste senão na faculdade de representar as partes de muitas representações como um todo, portanto, como uma única coisa só, § 147, ela é uma espécie de reflexão, § 515, e de engenho, § 567. Se não possuíssemos nenhuma faculdade de composição, nós não poderíamos representar como possíveis e reais senão aquelas coisas que sentimos claramente; e não estaríamos, portanto, em condições de representar coisas possíveis de um outro mundo, e ainda muito menos de inventar algo novo. Até mesmo toda nova moda nas roupas é inventada pela faculdade de composição, na medida em que combinamos numa roupa as determinações que jamais havíamos sentido juntas noutra roupa.

Immanuel Kant, *Composição de um conceito. Tornar distinto um conceito x fazer um conceito distinto*.

1) É falso que nosso conhecimento, como afirma o autor, só se torne distinto por desmembramento [*Zergliederung*].

Nosso conhecimento pode ser tornado distinto

a) *per synthesin*

b) *per analysin*

Mas aqui devemos distinguir bem a ciência de fazer um conhecimento distinto [*eine deutliche Erkenntniß zu machen*] da ciência de tornar distinto um conhecimento que antes era obscuro [*eine Erkenntniß, die zuvor dunckel war, deutlich zu machen*]. É que, ou fazemos um conceito distinto, e isso ocorre *per synthesin*, ou tornamos distinto um conceito que antes era confuso, e isso ocorre *per analysin*.

Na *synthesis* engendramos e criamos, por assim dizer, um conceito, que até então não existia, de modo totalmente novo tanto *quoad materiam* como *quoad formam*, e o tornamos ao mesmo tempo distinto.

Todos os conceitos matemáticos são dessa espécie, por exemplo, os conceitos de triângulo, quadrado, círculo etc.

Todos os conceitos fingidos pela razão [*alle durch die Vernunft fingirte Begriffe*] são ao mesmo tempo distintos, mas somente *per synthesin*. Se um conceito deve se tornar distinto *per analysin*, ele já tem de ser dado, ocupamo-nos em tornar claro e distinto o que é confuso e obscuro nesse conceito dado, em desenvolvê-lo, separá-lo e iluminá-lo. Aqui entram, por exemplo, todos os conceitos da metafísica.

Nestes se deve única e tão-somente tornar-se consciente das marcas que pertencem à coisa, por exemplo, no conceito de virtude, de vício, e por isso não necessitamos nada mais que analisar, separar e desmembrar, que tornar distinto os conceitos confusos.

A matéria, portanto, já está ali, devemos somente dar à coisa uma forma. Por meio da distinção analítica, não conhecemos numa coisa mais do que nela já tínhamos pensado antes, mas conhecemos apenas melhor, isto é, mais distintamente e com mais consciência, aquilo que já sabíamos realmente; por exemplo, no conceito de perfeição, indicarei primeiro a alguém os casos em que ele se serve da expressão “perfeição”, para com isso lhe ensinar o que ele entende propriamente por perfeição, que conceito se faz dela, e o que pensa quando enuncia a palavra perfeição, e o que atribui à coisa. Aqui ele descobrirá naturalmente que muito do que chama perfeito é realmente bastante imperfeito, ou até vicioso. Por exemplo, o voluptuoso considera sua *vagam libidinem* a máxima perfeição possível. Pois se não

fosse assim, seria impossível que dependesse tão fortemente dela, e nela encontrasse um contentamento tão grande, que nele obscurece todos os outros. O desmembramento, portanto, visa tornar distinto o que é obscuro. A composição [*Zusammensetzung*] do conhecimento, porém, ou síntese é única e exclusivamente útil e proveitosa para produzir algo novo e, ao mesmo tempo, também torná-lo distinto.

Todos os conceitos do entendimento humano são, em geral, ou

1. *conceptus dati*, ou
2. *conceptus facti*.

Um *conceptus datus*, conceito dado, é aquele que é produzido pela natureza de nosso entendimento ou também pela natureza.

Conceptus facti, conceitos feitos, são aqueles arbitrariamente gerados ou fictícios [*erdichtet*] por nós, sem que tenham sido dados antes.

Todos os conceitos fictícios são produzidos ao mesmo tempo com distinção.

Pois nele se finge algo arbitrário e, ao mesmo tempo, com consciência dele.

Desses *conceptus facti*, há muitos na estética e na matemática. Na filosofia, ao contrário, há *conceptus dati*. [...]

Fazer um conhecimento significa fingir [*dichten*]. [...]

Fazer um conhecimento, *facere*, significa fingi-lo, *fingere*.

Um *conceptus factitius*, portanto, é também ao mesmo tempo um *conceptus fictitius*.

Fazer, portanto, um conhecimento distinto e com *consciência* significa fazer um conhecimento distinto.

Todas as definições matemáticas são, portanto, fictícias, e não passam, pois de conceitos feitos, arbitrários, distintos da coisa.

(*Logik Blomberg*, p. 130-132)

2) Todas as definições matemáticas e todos os conceitos são reais e infalíveis. (Na filosofia, eles são determinados antes e necessários.) Pois o matemático se propõe algo [*nimmt sich etwas vor*] e o define como quer e de acordo com sua necessidade [*erklärt es so wie er es will und nöthigt hat*]. Assim, por exemplo, Wolff definiu a luz, o espaço, o ar etc. etc. na matemática. Ao filósofo, porém, algo é dado. Quem quisesse definir algo na filosofia tal como dele precisa para seu sistema, *ille gryphis iungere equis*. Wolff procedeu assim.

(Kant, *Vorlesungen über Logik. Logik Philippi*, Edição Akademie, vol. XXIV, I, p. 320)

3) O autor fala aqui de conceitos por ligação arbitrária. Todos os *conceptus ficti*, porém, são feitos *vel per combinationem, vel per separationem arbitrariam*. Todavia deve-se observar em geral que em todos os nossos conceitos fingidos apenas a forma é e se torna fingida.

A matéria jamais pode ser fingida, quem não vê, não pode fingir para si nenhuma cor, quem não ouve, não pode fingir para si nenhum som. Toda forma, porém, é fingida segundo a proporção do tempo e do espaço e da natureza geral de nossa razão. Todos os conceitos são, ou empíricos, ou conceitos transcendentais da razão. Aos últimos pertencem as representações de possível e impossível, de necessário e contingente, estes não surgem de modo algum da experiência, e não são abstraídos dela, mas produzidos pela razão pura [*durch die reine Vernunft hervorgebracht*]. Os conceitos são, portanto, ou dados, ou feitos. Eles são dados, ou pela experiência, ou pela razão pura. São feitos se não são dados, nem pela experiência, nem pela razão pura. Esses conceitos feitos, porém, são sempre fingidos segundo a forma. Pela abstração [*Absonderung*], penso numa parte do conceito, pela separação, porém, nego algo de meu conceito. Abstração [*Absonderung, Abstraction*], separação [*Trennung, Separation*] são, portanto, diferentes uma da outra. Pela separação surgem apenas conceitos fingidos, mas pela abstração, jamais. De uma *fictione separando facta* pertence uma *remotion* daquilo que costuma estar ligado ao conceito. Fingimos [*man erdichtet*] muito *separando*, todos os romances surgem por meio desse tipo de ficção. Da mesma maneira, também precisamos fingir a Idéia de Deus [*auf eben diese Art muß man sich auch die Idee von Gott fingiren*], abstraindo [*absondere*] todas as imperfeições dele e chegando, portanto, ao conceito do ser supremo. Pela ligação, porém, fingimos algo, quando juntamos muita coisa que na experiência jamais está ligada uma a outra. Desse modo, como já foi mostrado, surgem os romances. O sábio estoico surge por meio dessa ficção, damos-lhe mais força do que é própria ao homem. Essas ficções são, ou *fictiones aestheticae*, ou *heuristicae*.

Logik Blomberg, p. 262.

4) Se invento para mim mesmo seres [*Wesen*], como Leibniz as mônadas, então posso conhecer essas essências; pois eles são meu próprio trabalho. (*Philippi*, p. 408)

5) Com frequência nós fingimos/construímos conhecimentos pela fantasia, nós construímos [bilden] por assim dizer nosso próprio mundo. (Blomberg, p. 252)

6) Todos os conceitos são, quanto à matéria, ou bem dados (*conceptus dati*) ou bem factícios (*conceptus factitii*). Os primeiros são ou *a priori* ou *a posteriori*.

Todos os conceitos dados empiricamente ou *a posteriori* se denominam conceitos da experiência; os que são dados *a priori*, *noções*.

Observação. – A forma de um conceito, enquanto representação discursiva, é sempre factícia. (*Lógica Jäsche*, Dos Conceitos, § 4, trad. Guido Antonio de Almeida, p. 111)

Conceitos arbitrários: comparação, abstração, composição

§ 299

Como criadores livres, nós podemos também produzir conceitos científicos [gelerht]: e este é o terceiro caminho pelo qual chegamos a tais conceitos, ao qual chamamos de *ligação arbitrária dos conceitos*, caminho este que consiste em geral em pensarmos um conceito abstrato e um outro conceito como um só [conceito]; ou em considerarmos dois conceitos como partes de um outro e, portanto, em compô-los de tal modo que juntos eles perfaçam um único conceito completo. Se essa ligação dos conceitos ocorre de uma maneira distinta e fundada, segundo evidências e razões, nós a denominamos *ligação arbitrária racional, filosófica ou científica dos conceitos*. Aquilo que na estética nós chamamos de *ficção*, é no conhecimento científico a *vinculação científica arbitrária dos conceitos*. E na vida comum os conceitos são com muita frequência ligados de uma maneira arbitrária. Pois sempre que um artista ou um artesão descobre algo novo, sempre que se introduz uma nova moda no vestuário, o artista tem de representá-lo para si, e justamente mediante a *ligação arbitrária dos conceitos*, antes de fabricá-lo [*es verfertigen*]. Podemos incluir aqui o conceito de Deus, tal como o apresentamos na ciência [*Gelehrsamkeit*], a saber, que ele é o ser mais perfeito. Esse conceito não é um conceito de experiência, e ainda muito menos um conceito

abstraído, porque é um conceito singular. Nós o obtemos, portanto, pela ligação científica arbitrária, na medida em que tomamos o conceito abstrato de uma coisa e pensamos que tudo o que é possível tem uma perfeição, mas em grau diferente, e que, portanto, algo é sempre mais perfeito do que outro. Onde posso pensar graus diferentes, posso pensar também o grau supremo: logo, podemos pensar o grau supremo da perfeição. Ora, quando o ligamos ao conceito de uma coisa, temos o conceito da coisa mais perfeita de todas.

Meier, *Vernunftlehre*, § 299.

[Cf. Ideal da razão em Kant.]

Kant condena os dogmáticos por afirmado que a distinção conceitual se dá apenas por análise, desmembramento. Cf. acima texto *Logik Blomberg*, p. 130-132. Mas ele mesmo diz que, na mesma *Logik Blomberg*, p. 262, que “o autor fala aqui de conceitos por ligação arbitrária.” E Meier é explícito a esse respeito:

§ 254.

Temos somente três caminhos de chegar aos conceitos: a experiência, a abstração e a ligação arbitrária.

Meier, *Auszug aus der Vernunftlehre*

Ao contrário do que se supõe, a distinção kantiana entre “tornar um conceito distinto” e “fazer um conceito distinto” já está nos dogmáticos.

Quando fazemos para nós uma representação distinta [*Wenn wir uns eine deutliche Vorstellung machen*], isso não significa senão que coligimos [*zusammenfassen*] algumas representações claras e as consideramos reunidas como uma única representação completa. Cada uma dessas representações claras nos representa, pelo menos segundo nossa opinião, uma parte no objeto. Consequentemente surge uma representação distinta de uma coisa, quando dirigimos nossa atenção não apenas para ela considerada no todo, § 502, mas também ao mesmo tempo para algumas partes dela ou, quando percorremos a coisa em pensamento [*durchdenken*], § 513, e pela reflexão

coligimos as representações claras dessas partes numa só e, ao fazê-lo, desviamos nossos pensamentos de todas as demais, § 518. Assim nos fazemos uma representação distinta do vício [*So machen wir uns eine deutliche Vorstellung von dem Laster*], quando a representamos como uma destreza para pecar. Temos aqui duas representações claras, da destreza e do pecado, que descobrimos pela reflexão no vício e que podem, ao mesmo tempo, ser mantidas claramente ao mesmo tempo uma ao lado da outra na alma. Ora, ao reuni-las, o conceito distinto de vício se torna real em nossa alma. Se, portanto, a atenção, a pensar de cada representação [*Nachdenken*], a reflexão e a faculdade de abstrair elaboram simultaneamente uma e mesma representação na devida ordem, ela se torna distinta e, por conseguinte, tomadas juntas, essas quatro faculdades de conhecimento perfazem o entendimento, que, consequentemente, é uma faculdade composta, § 170. Ora, como essas faculdades são ativadas pela força de representação do mundo segundo a posição do corpo, § 512, 513, 515, 518, também o entendimento é ativado por essa mesma força de representação. E por aí fica ao mesmo tempo clara a regra pela qual nosso entendimento é ativo. A saber, como a reflexão supõe todas as vezes o pensar de cada uma das representações e a atenção, podemos exprimir essa regra de maneira bem sucinta assim: *refletindo sobre o objeto e abstraindo aquilo que não é incluído na reflexão, o restante se torna distinto*. Mas essa lei é somente a lei de um entendimento finito: o entendimento infinito de Deus não precisa pensar cada uma das representações de uma coisa e abstrair de outras, mas ele as perpassa a todas com um único olhar, e de uma só vez, com a maior distinção. De toda essa investigação ainda se faz luz sobre duas coisas. A primeira, de onde vem que entre nós homens o entendimento não surge antes da época certa; e que nosso entendimento, a contar de nosso nascimento, só começa a se tornar ativo com o tempo. Pois, como ele pressupõe a destreza na atenção, no pensar de cada representação, na reflexão e na abstração, mas como só podemos alcançar essas destrezas com os anos, então também nosso entendimento não pode se manifestar ativamente enquanto as demais faculdades de conhecimento não tenham atingido uma força suficiente. Em segundo lugar, se faz luz também sobre isto, que cada substância pensante do entendimento é capaz, quando possui uma capacidade de prestar atenção,

de pensar cada representação, de refletir e de abstrair; e mesmo que é pode pensar distintamente em todos os casos em que essas quatro ações da faculdade de conhecimento podem ocorrer; mas que, ali onde falta apenas uma dessas faculdades de conhecimento, também o entendimento não pode ocorrer. Onde deve estar o todo, ali devem estar todas as partes sem exceção; onde, porém, falta uma única parte, ali tampouco o todo pode ocorrer, § 149.

Meier, *Metaphysik*, III, § 627.

não é tirado da experiência, mas se origina quanto ao conteúdo também do entendimento.

A *idéia* é um conceito da razão, cujo objeto não se pode de modo algum encontrar na experiência.

A 141 / Observações: 1) O conceito empírico origina-se dos sentidos pela comparação dos objetos da experiência e recebe mediante o entendimento unicamente a forma da universalidade. A realidade desses conceitos baseia-se na experiência efetiva, donde são hauridos quanto ao conteúdo. – Mas se há ou não *conceitos puros do entendimento* (*conceptus puri*) que enquanto tais se originam, independentemente de toda experiência, única e exclusivamente do entendimento é uma questão que a Metafísica tem de investigar.

2) Os conceitos da razão ou idéias não podem de modo algum levar a objetos reais, porque todos estes têm que estar contidos numa experiência possível. Mas eles servem no entanto, por intermédio da razão, para guiar o entendimento da maneira mais perfeita em vista da experiência e do uso das regras desta, ou também para mostrar que nem todas as coisas possíveis são objetos da experiência, e que os princípios da possibilidade destes últimos não valem das coisas em si mesmas, nem sequer dos objetos da experiência enquanto coisas em si mesmas.

A 142 A idéia contém o *arquétipo* do uso do entendimento, por exemplo, a idéia do Universo, a qual tem que ser necessária, *não enquanto princípio constitutivo* para o uso empírico, mas apenas enquanto princípio regulativo em vista da conexão completa de nosso / uso empírico do entendimento. Ela deve, pois, ser considerada como um conceito fundamental necessário seja para *acabar objetivamente* os atos de subordinação do entendimento, seja para considerá-los como *ilimitados*. Também não se pode obter a *idéia por composição*; pois aqui o todo é anterior à parte. Entretanto, há idéias que admitem uma aproximação. Tal é o caso com as idéias *matemáticas*, ou as idéias do *engendramento matemático de um todo*, que se distinguem essencialmente das *dinâmicas*, que são inteiramente *heterogêneas* a todos os conceitos concretos, / porque o todo é diferente dos conceitos concretos, não segundo a quantidade (como no caso das idéias matemáticas), mas segundo a *espécie*.

Não se pode proporcionar realidade objetiva a nenhuma idéia teórica, nem prová-la, com exceção da idéia da liberdade; e isso porque esta é a condição da *lei moral*, cuja realidade é um axioma. A realidade da idéia de *Deus* só pode ser provada mediante esta última e, portanto, só numa intenção *prática*, qual seja, a de *agir como se existisse um Deus*, logo, unicamente para essa intenção.

A 143 Em todas as ciências, notadamente as da razão, a idéia da ciência é o *plano geral* ou *delineamento* da mesma; logo, o / contorno de todos os conhecimentos que lhe pertencem. Semelhante idéia do todo – a primeira coisa que se tem de ver e procurar em um ciência, é arquitetônica, assim como, por exemplo, a idéia da Ciência do Direito.

A idéia da humanidade, a idéia de uma república perfeita, de uma vida feliz e coisas que tais estão ausentes na maioria dos homens. Muitos homens não têm nenhuma idéia do que querem, daí por que se conduzem pelo instinto e autoridade.

4

CONCEITOS DADOS (A PRIORI OU A POSTERIORI) E CONCEITOS FACTÍCIOS

Todos os conceitos são, quanto à *matéria*, ou bem dados (*conceptus dati*) ou bem factícios (*conceptus factitii*). Os primeiros são ou *a priori* ou *a posteriori*.

Todos os conceitos dados *empiricamente* ou *a posteriori* se denominam *conceitos da experiência*; os que são dados *a priori*, *noções*.

Observação. – A forma de um conceito, enquanto representação discursiva, é sempre factícia.

A 144

/ # 5

ORIGEM LÓGICA DOS CONCEITOS

A origem dos conceitos, quanto à *forma*, está na reflexão e na abstração da diferença das coisas designadas por uma certa representação. Por conseguinte, surge aqui a questão: quais são os atos do entendimento que constituem um conceito, ou – o que dá no mesmo – pertencem à produção de um conceito a partir de representações dadas?

Ak 94 / Observações: 1) Visto que a Lógica abstrai de todo conteúdo do conhecimento por conceitos, ou de toda matéria do pensamento, ela só pode considerar o conceito com respeito à sua *forma*, quer dizer, apenas *subjektivamente*; não como ele determina um objeto mediante uma característica, mas apenas como ele pode ser relacionado a vários objetos. A Lógica geral não tem, pois, de investigar a *fonte* dos conceitos; não como os conceitos se originam enquanto representações, mas unicamente como representações dadas se tornam conceitos no pensamento; não importa, de resto, se esses conceitos contenham algo que tenha sido tirado da experiência, ou mesmo algo de fictício, ou tomado da natureza do

A 145 entendimento. Esta origem lógica dos conceitos – a / origem quanto à sua mera forma – consiste na reflexão pela qual surge uma representação, comum a vários objetos (*conceptus communis*), como aquela forma que é requerida pelo poder de julgar. Por conseguinte, na Lógica considera-se *meramente a diferença da reflexão* nos conceitos.

2) A origem dos conceitos quanto à sua *matéria* – segundo a qual um conceito é ou *empírico*, ou *arbitrário*, ou *intelectual* – é examinada na Metafísica.

6

ATO LÓGICO DA COMPARAÇÃO, REFLEXÃO E ABSTRAÇÃO

Os atos lógicos do entendimento pelos quais os conceitos são gerados quanto à sua forma são:

1) a *comparação* <Komparation>, ou seja, o cotejo <Vergleichung> das representações entre si em relação com a unidade da consciência;

2) a *reflexão* <Reflexion>, ou seja, a consideração <Überlegung> do modo como diferentes representações podem ser compreendidas em uma consciência; e finalmente:

3) a *abstração* <Abstraktion>, ou seja, a separação <Absonderung> de todos os demais aspectos nos quais as representações dadas se diferenciam.

A 146 / *Observações*: 1) Para fazer conceitos a partir de representações, é preciso, pois, poder *comparar, refletir e abstrair*; pois essas três operações lógicas do entendimento são as condições essenciais e universais da produção de todo conceito em geral. Eu vejo, por exemplo, um pinheiro, um salgueiro e uma tília. Ao comparar antes de mais nada estes objetos entre si, observo que são diferentes uns dos outros no que respeita ao tronco, aos galhos, às folhas e coisas semelhantes; mas, em seguida, eu reflito apenas sobre aquilo que eles possam ter em comum entre si, o tronco, os / galhos, as folhas eles próprios, e, se eu abstraio do tamanho, da figura dos mesmos e assim por diante, obtenho um conceito da árvore.

2) Nem sempre se emprega corretamente na Lógica a expressão *abstração*. Não devemos dizer: abstrair *algo* (*abstrahere aliquid*), mas abstrair *de algo* (*abstrahere ab aliquo*). Se, por exemplo, no caso de uma púrpura penso apenas a cor vermelha, estou abstraindo do tecido; se também abstraio deste último e penso a púrpura como um substrato material em geral, então estou abstraindo de outras determinações mais, e meu conceito se tornou assim ainda mais abstrato. Pois, quanto mais diferenças se tenham

A 147 omitido em um conceito ou de quanto mais determinações no mesmo se tenha abstraído, tanto mais / abstrato é o conceito. Os conceitos abstratos deviam, pois, a rigor, ser denominados *abstrahentes* (*conceptus abstrahentes*), quer dizer, aqueles nos quais ocorrem diversas abstrações. Assim, por exemplo, o conceito de *corpo* não é a rigor um conceito abstrato; pois do corpo ele próprio não posso abstrair, senão não teria o conceito dele. Mas tenho certamente que abstrair do tamanho, da cor, da dureza ou fluidez, em suma: de todas as determinações especiais de corpos particulares. O conceito *mais abstrato* é aquele que nada tem em comum com os que são diferentes deles. Tal é o conceito de *algo*; pois o que é diverso dele é *nada* e, por conseguinte, nada tem em comum com o algo.

3) A abstração é apenas a condição *negativa* sob a qual se podem produzir representações dotadas de validade universal; a *positiva* é a comparação e a reflexão. Pois com o abstrair não se *engendra* nenhum conceito; a abstração apenas o acaba e o encerra em seus limites determinados.

7

CONTEÚDO E EXTENSÃO DOS CONCEITOS

Todo conceito, enquanto *conceito parcial*, está contido na representação das coisas; enquanto *razão do conhecimento*, isto é, enquanto *nota característica*, estas coisas estão contidas *sob ele*. Sob o primeiro / aspecto, todo conceito tem um *conteúdo*; sob o segundo, uma *extensão*.

O conteúdo e a extensão de um conceito estão numa relação inversa um com o outro. Pois, quanto mais um conceito contenha *sob si*, tanto *mais* ele contém *em si*, e vice-versa.

Observação. – A universalidade ou validade universal do conceito não se baseia no fato de que o conceito é um *conceito parcial*, mas no fato de que ele é uma razão do conhecimento.

8

GRANDEZA DA EXTENSÃO DOS CONCEITOS

A extensão ou a *esfera* de um conceito é tanto maior, quanto mais coisas possam se encontrar sob ele e por ele serem pensadas.

Observação. – Assim como se diz de uma *razão* em geral que ela contém sob si a consequência, assim também se pode dizer do conceito que ele, enquanto razão do conhecimento, contém sob si todas aquelas coisas das quais ele foi abstraído, por exemplo o conceito de metal contém sob si o ouro, a prata, o cobre etc. Pois,